

ATA DA 47ª REUNIÃO  
EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO  
ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE –  
COEMA, REALIZADA EM 08 DE  
MAIO DE 2012.

1  
2  
3  
4  
5  
  
6  
  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47

Aos 08 dias do mês de MAIO de dois mil e doze, no Auditório da Secretaria Estadual de Meio ambiente - SEMA, sito à Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, Marco, Belém/PA, realizou-se a 47ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA, sob a presidência da **DR. JOSÉ ALBERTO DA SILVA COLARES**, Secretário Estadual de Meio Ambiente, com o **DR. RUBENS BORGES SAMPAIO**, Secretário Executivo do COEMA e com a presença de Conselheiros e convidados: **AMIRALDO DA SILVA PINHEIRO** representante da SESP, **ALEX FIÚZA DE MELLO** representante da SECTI, **HILDEGARDO DE FIGUEIREDO NUNES** representante da SAGRI, **JOSÉ WATERLOO LOPES LEAL** representante da ONG AMOT, **LUIZ AUGUSTO NOGUEIRA MOURA** representante da FIEPA, **JOSÉ JACY RIBEIRO AIRES** representante da FETIPA, **IVALDO PINTO** representante da OAB/PA, e como convidados: *Lúcia Porpino* - DILAP/SEMA, *Solange Silva* - TERFRON, *Thays Mesquita* – BRANDT, *Deryck Martins* - FIEPA, *Kleber Menezes* – Rio Turia, *Samanta Santos* - CONJUR/SEMA. Dando início à 47ª Reunião Extraordinária do COEMA, passou à seguinte pauta com as palavras do Secretário Executivo do COEMA: **I- Abertura: Dr. Colares:** Bom dia, vamos dar início à reunião extraordinária para avaliar o parecer técnico de licenciamento prévio do empreendimento da Rio Túrria e serviço logístico. Vou passar a palavra para o Rubens para iniciar os trabalhos. **Dr. Rubens:** Bom dia senhoras e senhores, sejam bem-vindos. Gostaria de saber se tem algum dos conselheiros que queira fazer alguma comunicação. **Dr. Moura:** Bom dia, só para fazer um registro aqui, fazendo um coro aqui com meu amigo Leal, vou pedir que da próxima vez a gente não fique com iluminação de boate, que a gente não consegue acertar aonde vai assinar aqui na lista. O segundo, é que na última reunião da Câmara Técnica de infraestrutura, nós tomamos uma decisão que nas próximas reuniões que a gente for analisar os pareceres técnicos e jurídicos da SEMA, nós vamos fazer essa reunião em caráter aberto, convidar todos os conselheiros, de modo que a gente possa antecipar discussões que poderiam, numa reunião como essa aqui, que já é uma reunião decisória, nós já tivéssemos levantando os problemas e tentando já trazer uma solução. E realmente fica meio complicado a gente trabalhar em cima dos pareceres tudo isso e no dia da reunião surgirem novos problemas que não foram relatados para a comissão. **Dr. Rubens:** Mais alguém gostaria de fazer alguma colocação? Bom, dando continuidade 'a ordem do dia', com a pauta que discute sobre 'conhecimento do parecer da câmara técnica permanente de projetos industriais e infraestruturais' para posterior deliberação e aprovação pelo pedido de licenciamento ambiental, licença prévia do processo com número 16.300/2011, que tem como objeto o projeto de estação de transbordo de cargas - ETC, no município de Itaituba, no distrito de Miritituba, de responsabilidade da empresa Rio Túrria serviços logísticos Ltda. **Dr. Moura:** O relator aqui está com problema de garganta, mas o meu eficientíssimo secretário geral irá relatar. **Deryck Martins:** Bom dia, referente ao parecer do processo feito pela câmara técnica permanente de projetos industriais e

48 infraestruturais, referendado pelos pareceres técnicos e jurídicos da Secretaria  
49 Estadual do Meio Ambiente, vou direto para as recomendações e o voto do grupo.  
50 “Com base na análise dos documentos apresentados pela empresa Rio Túria Serviços  
51 Logísticos, respaldado pelos pareceres técnico e jurídico emitidos pelas equipes da  
52 SEMA, consideramos pertinente o pleito do processo em questão, sobre o qual  
53 tecemos os seguintes comentários: Considerando o possível aumento da demanda  
54 por serviços de saúde pública na região, potencializada pela intensificação do fluxo  
55 migratório, gerando incremento populacional relacionado às diferentes etapas da  
56 implantação da ETC de Miritituba. Considerando os precários indicadores  
57 socioeconômicos descritos no EIA-RIMA, que tem como principal consequência a  
58 exposição da população aos diversos riscos de adoecimento, seja a agravos  
59 transmissíveis ou não. Considerando que além de condicionantes já existentes, como  
60 o precário abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo e um  
61 sistema educacional também deficiente, que ainda vão se somar prováveis riscos  
62 como contaminação do solo, do ar ou da água. Considerando elevada receptividade  
63 da região para agravos transmissíveis por vetores, principalmente malária e  
64 leishmaniose tegumentar e que com mobilidade populacional pode tornar o local  
65 vulnerável. Viemos sugerir as seguintes recomendações como forma de prevenir ou  
66 preparar o sistema de saúde para um atendimento efetivo frente aos agravos  
67 prevalentes na região: Articular com as secretarias municipais e estadual de Saúde  
68 Pública para que busque a cobertura completa da rede de atenção primária e a  
69 organização dos atendimentos de média e alta complexidade, inclusive com a  
70 definição das referências municipais e regionais de acordo com os perfis de risco  
71 previstos e ou constatados. Promover capacitação aos profissionais da rede de  
72 serviços desde as equipes de saúde da família, passando pelas unidades básicas até  
73 as unidades de maior complexidade com envolvimento de todas as categorias com o  
74 objetivo de preparar o sistema de saúde local para o processo de prevenção, vigilância  
75 e atenção à saúde conforme o perfil epidemiológico, demográfico, social, econômico e  
76 ambiental vigentes e previstos pelos estudos no município. Promover de forma  
77 articulada com a Secretaria Municipal de Saúde conforme os diagnósticos realizados,  
78 se necessário, a ampliação, reforma e dotação de equipamentos da rede física de  
79 saúde do município de Itaituba de acordo com o perfil definido durante as  
80 capacitações. Que as recomendações acima sejam contempladas nos detalhamentos  
81 dos programas previstos pelo empreendedor ou em novos programas caso algumas  
82 delas não se encaixem em nenhum programa proposto. Por último, a câmara técnica  
83 recomenda que haja um planejamento conjunto do complexo portuário que será  
84 implementado na área em questão, discutindo-se toda infraestrutura logística,  
85 destacando-se o ordenamento da área no seu todo, com questões de tráfego,  
86 mitigação de danos, circulação de máquinas e veículos, dentre outras de relevância ao  
87 correto funcionamento do complexo. Ressalta-se a importância do empreendimento na  
88 cidade do distrito de Miritituba, município de Itaituba, Pará e arredores, contribuindo  
89 com a economia local, com o processo de desenvolvimento econômico pautado em  
90 bases sustentáveis e gerando novas oportunidades de logística e negócios no  
91 município. Por fim, está câmara técnica endossa o parecer da equipe técnica e jurídica  
92 que concluem que o EIA/RIMA apresentado pela empresa Rio Túria Serviços  
93 Logísticos Ltda, atende aos itens relacionados ao termo de referência específico,  
94 considerando os devidos ajustes apontados em cada um dos pareceres e as  
95 considerações desta câmara técnica. Desse modo, esta câmara técnica resolve que

96 as considerações expressas pelas equipes técnicas e jurídicas da SEMA devam ser  
97 transformadas em recomendações de acordo com suas profundidades e importância.  
98 Assim, esta câmara técnica se manifesta favorável à concessão da licença ambiental  
99 pleiteada pela empresa Rio Túria Serviços Logísticos Ltda. **Dr. Rubens:** Obrigado,  
100 Deryck. Eu pergunto aos conselheiros se tem a necessidade de a empresa fazer a  
101 apresentação do empreendimento? Temos um tempo ainda, se vocês quiserem a  
102 empresa está à disposição para fazer a apresentação. Bom, vamos à votação, agora  
103 alguém quer se manifestar antes da votação, os conselheiros? **Dr. Leal:** Bom dia a  
104 todos. Eu preciso destacar que existe um problema de ordem de autoria do projeto e  
105 essa questão eu levantei, não posso precisar o tempo, mas acredito que dez a doze  
106 dias atrás quando eu recebi o material da reunião com relação às questões das  
107 competências dos profissionais que estavam relacionados como autores dos  
108 trabalhos, entre eles, dois de Óbidos, estão destacados pelo levantamento feito pelo  
109 CREA, que não estão registrados em conselho nenhum. Então eu gostaria que esse  
110 assunto fosse considerado, ele é o assunto que inviabiliza o documento, porque está  
111 muito claro na legislação que esses relatórios, sejam eles quais forem, eles precisam  
112 ser acompanhados de suas respectivas ART'S de profissionais. Então nós temos essa  
113 questão já colocada, foi o assunto já recorrente aqui, nós já discutimos em outros  
114 momentos em anos passados, que nós precisamos ter atento para essa questão, que  
115 é uma questão legal, não é uma questão de resolução, não é uma questão de  
116 iniciativa do CREA é uma questão legal, na lei, são duas leis federais que estabelecem  
117 essas necessidades, essas pendências. Então eu gostaria de fazer essa colocação,  
118 eu até antecipei essa questão toda através de um documento que eu mandei para a  
119 nossa Secretaria Executiva do Coema e até foi informado que hoje possivelmente nós  
120 teríamos solucionado essas duas pendências, mas pelo o que nós conversamos "in  
121 off" antes da reunião, ela vai precisar de um tempo maior ainda para que seja  
122 solucionado. Então eu quero antecipar a minha posição destacando que eu  
123 condicionaria, e essa é minha proposta, essa licença a apresentação dessas duas  
124 ART'S dos profissionais que estão na relação da própria BRANDT, que é autora do  
125 projeto. **Dr. Colares:** A esse respeito eu acho que condicionar a liberação da  
126 condicionante, a liberação da empresa a esse cumprimento, seria melhor liberar  
127 condicionando a apresentação em um prazo que você determinar para ser proposto  
128 aqui e aprovado em conjunto na plenária, por que senão inverte. **Dr. Moura:** Só para  
129 dizer que nós já temos um precedente, a duas ou três reuniões do COEMA nós  
130 discutimos um projeto a WTorre em Parauapebas em que nós tínhamos um problema  
131 similar, em que nós aprovamos a licença prévia condicionando, dando um prazo para  
132 apresentação do restante das ART'S que estavam faltando uma ou duas e me parece  
133 que foi cumprido isso dentro do prazo. **Dr. Colares:** E me parece que o  
134 esclarecimento vai ser dado aqui, praticamente está resolvida essa pendência, é uma  
135 questão de tempo mesmo e a gente aproveita produtivamente para não perder tempo.  
136 **Dr. Moura:** Só para lembrar, o empreendimento de Parauapebas, com a licença prévia  
137 já apresentou em Parauapebas grandes avanços na questão do sistema viário, na  
138 questão do mix do projeto todo, quer dizer que hoje, por exemplo, já tem um grande  
139 supermercado, grandes lojas de departamentos se instalando lá, tudo isso decorrente  
140 da existência do licenciamento prévio. Então, realmente eu fico preocupado de a gente  
141 colocar um obstáculo que é facilmente transponível para o licenciamento prévio,  
142 principalmente porque nós estamos aqui e estamos sentindo que apesar da demora  
143 normal, burocrática dos procedimentos aqui, nós estamos sentindo que nós estamos

144 correndo, não vou dizer correr porque a pressa é inimiga da perfeição, mas que nós  
145 estamos desenvolvendo um ritmo mais acelerado na aprovação e isso é muito bom  
146 para todo mundo. **Eliana Zacca:** Bom dia a todos, em primeiro lugar eu quero reforçar  
147 aqui a palavra do Moura, realmente pelo precedente do que houve em reuniões  
148 passadas do empreendimento de Parauapebas a decisão tomada foi essa mesma.  
149 Bom em segundo lugar eu gostaria de ressaltar a importância desse projeto para o  
150 desenvolvimento econômico local do município de Itaituba e conseqüentemente  
151 daquela área do Oeste paraense, já que o grande problema que nós temos hoje na  
152 região chama-se transporte, principalmente o fluvial. Ao ler o parecer causou  
153 estranheza duas coisas. Primeiro, uma série de recomendações com relação a  
154 agravos de saúde que me parece que não seja competência da empresa, é  
155 competência de Estado e Município tomar providências para que sejam feitas. A  
156 empresa em algum momento com relação aos seus funcionários pode vir a ter ações  
157 de mitigações de responsabilidade social, mas não é obrigação da empresa na medida  
158 em que ela tem a sua carga tributária, tem seus ônus e a ela compete a parte  
159 produtiva do evento. Agora sim, o que não tem aqui, que não é ressaltado é o aspecto  
160 econômico, a dimensão econômica que o empreendimento pode ter dentro do  
161 município e que precisa ser potencializado e capitalizado pelo Estado, para que lá não  
162 se transforme em um mero corredor de grãos, mas que seja visto aí uma  
163 oportunidade, inclusive, para você ter agroindústrias processadoras de grãos e aquela  
164 área é favorável para produzir grãos e em uma outra dimensão, uma das grandes  
165 deficiências que nós temos hoje para o setor agrícola chamam-se corretivos e  
166 fertilizantes. Existe uma jazida de fosfato ali na transamazônica entre Medicilândia e  
167 Uruará que se for explorada você terá como resolver a questão do transporte que é  
168 um problema naquela região, ou seja, passaria a existir um meio de transporte para  
169 você poder fazer uma distribuição a preços realmente competitivos para toda aquela  
170 região do Oeste do Pará. Então, o que precisa ser feito sim é uma análise do potencial  
171 econômico para o desdobramento de outras atividades que o empreendimento trará  
172 para o município, isto sim, é uma função do Estado que deve realmente fazer esse  
173 planejamento para que as coisas possam de fato acontecer. Somos favoráveis à  
174 aprovação do empreendimento. **Dr. Colares:** Só para situar a discussão, nós temos  
175 dois pontos aqui, um em relação à ART, que eu vou pedir ao Leal para que a empresa  
176 faça seus esclarecimentos e as possibilidades de atender o pleito e a outra questão  
177 está relacionada ao esclarecimento do parecer e que me parece que depois o Moura  
178 pode esclarecer melhor, essa questão da saúde foi complementar as condicionantes  
179 que já se apresentarem. Eu tenho um esclarecimento a fazer depois da votação sobre  
180 a condução que o Estado deve ter em relação não só ao porto da TERFRON, mas  
181 todo o complexo portuário, que todas as questões relacionadas a um plano de  
182 desenvolvimento regional devem ser tomadas sob a responsabilidade não só da  
183 TERFRON, mas de todo o complexo do empreendimento que vai desenvolver a área,  
184 que envolve não só a preocupação com a saúde, mas com a infraestrutura de  
185 estacionamento, rodoviária, comunicação, energia, tráfego marítimo, porto público e  
186 um projeto maior de plano de desenvolvimento envolvendo, inclusive, articulação para  
187 economia local, não só com empreendimento dessa natureza, como tu colocaste, mas  
188 como produção de ração, por exemplo, para a região, uma esmagadora quem sabe aí,  
189 que não cabe só a TERFRON todo esse complexo, mas uma relação público-privada.  
190 E essa questão da Saúde é de responsabilidade sim do Estado, mas tem que ser  
191 contida em um projeto de imensidão que vai ser consequência de um complexo

192 portuário, não só na saúde, mas, no combate ao incêndio, na prostituição, na  
193 segurança pública, por exemplo, mas essas questões a gente vai abordar no  
194 complexo para a região no plano de desenvolvimento regional, mas para isso nós não  
195 estamos chamando só a TERFRON, mas o conjunto dos outros empreendimentos e  
196 todos os órgãos do Estado, inclusive a SECTI é muito importante nessa participação  
197 de um programa com relação à comunicação, a internet, por exemplo, na região. Vou  
198 dar um exemplo, nós tivemos uma reunião com todos os secretários, não estava a  
199 SECTI porque o Dr. Alex estava fora, mas estava a SAGRI, a SAÚDE, a  
200 SEGURANÇA PÚBLICA, estava a COMPANHIA DOS PORTOS, estava à secretaria  
201 de INFRAESTRUTURA, a COSANPA, etc. Esse conjunto de gestores de ações  
202 públicas deve sentar com um conjunto de empreendedores a serem instalados em  
203 Miritituba para a gente ter um plano para o complexo, mas isso eu explico depois, o  
204 Alex tem o pedido para a palavra. **Dr. Alex Fiúza:** Isso eu concordo coma Eliana. Eu  
205 assinei o parecer, não estive na reunião, mas assinei para ajudar no quórum e eu  
206 concordo com o resultado do parecer, mas os detalhamentos que revelam muitas  
207 vezes nas exposições, eu tenho visto se reproduzir isso de maneira geral no Estado,  
208 que dizer, quando chega um empreendimento de investimento logístico que o Estado  
209 é carente e precisa. Sempre se chama a atenção da existência de doenças que o  
210 empreendimento pode causar, baixa qualidade da educação, questão de saúde, mas  
211 questões pré-existem nesses empreendimentos, não são os empreendimentos que  
212 causam isso. O máximo que o empreendimento pode causar é um movimento  
213 migratório, etc. Tudo bem, mas uma coisa é Belo Monte, e outra é um  
214 empreendimento desses, que é muito mais localizado do que Belo Monte, que tem  
215 outro patamar, outra dimensão, não é a mesma coisa. Mas muitas vezes nós ficamos  
216 nos apegando nisso, como se nosso estado fosse maravilhoso antes do  
217 empreendimento, ele vai trazer um problema social maior, isso transparece nas  
218 entrelinhas muitas vezes do parecer, como mentalidade. Quer dizer, muitas vezes a  
219 gente atrasa os empreendimentos por questões como essas, ou por detalhes  
220 meramente técnicos, quando a sociedade tá carente que ocorram o mais rápido  
221 possível. Nós temos que entender que estamos correndo contra o tempo. O Estado do  
222 Pará está no século XX, meados do século XX, tem que entender isso. Não dá para  
223 sermos puritanos nas questões ambientais. Claro que tem que tomar certas  
224 precauções, mas não dá para ser detalhista nas questões ambientais. É um Estado  
225 que se não correr rápido vai ficar para trás em relação a todos os Estado da região.  
226 Então isso que a gente tem que começar a discutir. Eu acho que o trabalho que se  
227 está implementando está excelente nesse sentido, como agilizar esses procedimentos  
228 todos. A gente não fica atrapalhado por detalhes, uma coisa é o fundamental, outra  
229 coisa é o detalhe e muitas vezes o detalhe tem impedido que a gente avance muito  
230 nesse sentido. **Dr. Colares:** E só para voltar, eu ia abordar essa questão no que  
231 ocorrer, para não estender muito. Eu só quero chamar a atenção que a situação lá em  
232 Miritituba não é só a TERFRON, são oito portos e as responsabilidades com relação  
233 aos impactos e mitigações não devem ficar só com a TERFRON. É com o complexo  
234 portuário e o rebatimento disso vai ter na região, e aí não é só Miritituba, não é só  
235 Itaituba, é Trairão, é Novo Progresso, etc...Então uma complexidade muito grande que  
236 envolve um impacto enorme. Imagina, a partir de 2014, mil carretas/dia naquela área,  
237 sem definição de um planejamento diretor, por exemplo. Mas nós não podemos barrar  
238 o empreendimento TERFRON, não podemos, porque ele está aqui há mais de um  
239 ano. Nós já temos a companhia Hidrovia do Brasil que já está também. Não podemos

240 barrar. Agora, nós temos que criar uma situação coletiva tanto que nós estamos  
241 pensando aqui, que a partir deste caso e do caso da hidrovia do Brasil, nós vamos  
242 fechar um acordo de ter um EIA/RIMA único para a região, e aí se vai tratar cada  
243 ponto, com cada caso. Eu não posso tratar a TERFRON com a mesma condição de  
244 um outro empreendimento menor ou maior, então, como vamos tratar a coisa no todo?  
245 É essa preocupação, que eu quero dizer para os senhores, que a SEMA está  
246 tendo. Nós já tivemos reuniões com toda a área social e infraestrutural do Estado, já  
247 tivemos reuniões com a prefeitura e com os empreendedores. Os empreendedores já  
248 concordaram em formar uma associação e nós vamos ter um planejamento único para  
249 todos e vamos sentar a mesa, da secretaria de segurança à secretaria de saúde, à  
250 secretaria social, até o corpo de bombeiros, para tratar de combate à incêndios. E  
251 desse conjunto se vai ter um programa com participação público-privada, dizendo o  
252 quê é que vai ser público e o quê é que vai ser privado. E dentro dos empreendedores,  
253 o que cabe a cada qual, e essa responsabilidade vai ser costurada. A parte disso está  
254 a análise da viabilidade ambiental, que é o nosso papel aqui. e de um  
255 empreendimento que já apresentou um EIA/RIMA, que já foi aprovado o EIA/RIMA,  
256 que já cumpriu todas as obrigações com relação a isso. O importante é garantir nessa  
257 liberação, que a empresa fique condicionada a cumprir as suas mitigações devidas e a  
258 sua participação nesse programa que vai envolver o conjunto dos empreendimentos e  
259 a parte pública pra dar conta da mitigação e da prevenção no plano de  
260 desenvolvimento regional. **Dr. Alex Fiúza:** Parabéns Secretário. **Dra. Eliana Zacca:**  
261 Parabéns! **Dr. Colares:** Voltando ao esclarecimento, porque tinham dois pontos, a  
262 empresa deveria dar esclarecimento ao Dr. Leal com relação à questão da saúde do  
263 parecer. E depois eu retorno para o Leal, está bem? **Dr. Moura:** Eu recomendaria que  
264 a palavra fosse passada para o Dr. Amiraldo. **Dr. Colares:** Eu antes gostaria de  
265 registrar a presença do MP, a nossa nova conselheira do MP, Dra. Maria das Graças  
266 Azevedo da Silva, acompanhada pelo seu escudeiro de sempre, Tarcisio. A nova  
267 representante do MP é a Dra. Maria da Graça Azevedo, como titular, e como suplente  
268 o Dr. Benedito Wilson Corrêa de Sá. Está registrado. Também registro a presença da  
269 OAB aqui, Dr. Evaldo da OAB. Eu passo a palavra então para a empresa com relação  
270 as ART's. **Margarida Azevedo:** Bom dia a todos! Eu sou Margarida Azevedo, estou  
271 aqui representando a Brandt Meio Ambiente e gostaria de esclarecer a vocês a  
272 questão dos dois geólogos. Na realidade a função dele dentro do estudo foi a  
273 realização dos estudos de arqueologia, então, ele estava como arqueólogo  
274 devidamente registrado junto ao IFAM, que é o instituto responsável por regulamentar  
275 e aprovar todas as ações profissionais dentro da área de arqueologia, com portaria  
276 emitida, tudo dentro do que a lei regulamenta com relação a essa parte de  
277 arqueologia, que é o professo Wagner. O outro geólogo, que é o Marcos Quinteiros,  
278 na realidade a participação dele no estudo foi como responsável, como um dos  
279 técnicos da Terra Virgem, que é a empresa que executa os serviços de  
280 geoprocessamento da Brandt Meio Ambiente e que na realidade ele se desligou da  
281 empresa ainda ano passado, não mora mais no Estado e que foi apresentado a ART  
282 do chefe direto dele, que é o Fábio, a quem ele deveria dirigir, e a quem caberia a  
283 aprovação de todos os serviços realizados por ele. Então existe na relação dos  
284 documentos a ART do Fábio que é o responsável também e responde pelas ações de  
285 geoprocessamento, mas independentemente disso, já como foi solicitado pelo  
286 conselheiro, nós iremos apresentar a ART dentro do prazo que o conselho  
287 estabelecer. Gostaria também de esclarecer que foi encaminhada uma

288 correspondência para a SEMA informando a substituição do Marcos Quinteiros pelo  
289 Fábio, inclusive, apresentando nessa altura a ART do Fábio e gostaria de registrar que  
290 não se tratou de uma substituição simplesmente de alguém que fez o por alguém que  
291 não fez, não. Na realidade, o Fábio sempre foi o responsável por aprovar todos os  
292 produtos gerados pelo Marcos, dentro da área de geoprocessamento. Obrigada! **Dr.**  
293 **Moura:** Seria um caso de corresponsabilidade, então? **Margarida Azevedo:** Isso. Mas  
294 de qualquer forma nós vamos tentar, vamos trazer para vocês as ART's solicitadas.  
295 Obrigada! **Dr. Amiraldo:** Bom dia. Eu sou Amiraldo, represento a Secretaria de Estado  
296 de Saúde Pública do Pará. Com certeza a maioria dos riscos que a gente cita no  
297 parecer já existem, a gente sabe disso. Porém, esses riscos podem aumentar com a  
298 mobilidade populacional, incremento populacional e que a gente precisa pontuar como  
299 uma condicionante. Outra questão é que em todos os momentos a gente coloca aqui  
300 que as questões precisam ser discutidas de forma articulada, ou seja, sempre  
301 envolvendo a Secretaria Estadual ou Municipal, pra que a gente discuta e possa estar  
302 vendo soluções de forma conjunta com a própria empresa, que naquele momento tem  
303 alguma responsabilidade sobre, vamos dizer assim, o incremento populacional e a  
304 mobilidade populacional. Então eu acho que é importante, a gente tem exemplos de  
305 outras empreendimentos no Estado do Pará, desde a implantação da Belém-Brasília,  
306 da Transamazônica, e diversos outros empreendimentos mais pontuais, a Hidrelétrica  
307 de Tucuruí, que quando não devidamente articuladas geraram grandes problemas  
308 socioeconômicos e conseqüentemente grandes problemas de saúde pública. Então a  
309 gente precisa pontuar sim, em recomendações que minimamente a empresa participe  
310 das discussões e que possa em algum momento está discutindo até alguns  
311 financiamentos que podem derivar, digamos assim, em ajuda ao processo em nível  
312 estadual e nível municipal. Eu vou repetir: acho que é obrigação, sim, do Estado. Nós  
313 em nenhum momento dissemos que não é dessa forma e o parecer está bem  
314 colocado aqui: "articular com secretarias municipal e estadual." Enfim. "articular com  
315 secretaria municipal." Para que a gente possa estar discutindo conjuntamente os  
316 problemas e em algum momento até solicitando a ajuda da própria empresa no  
317 sentido de estar solucionando essas questões. Então é dessa forma que a gente vê,  
318 porque a saúde pública, só para finalizar, ela é na verdade a última etapa do processo  
319 desorganizado, na hora que tem um processo desorganizado vai rebater na saúde  
320 pública e nós vamos ter agravos em todas as situações, na hora que o trânsito não  
321 está organizado, na hora que não tem organização lá pela questão de DST, e as  
322 doenças transmissíveis, tudo vai rebater na saúde pública. Então a gente precisa  
323 minimamente está organizado, aí eu acho que o plano geral ele vai ajudar, e o Estado  
324 vai dizer melhor como vai participar desse processo. Mas eu acho que tem que colocar  
325 que a empresa tem que pelo menos está participando na mesa das discussões e se  
326 responsabilizando minimamente sobre esse processo. **Dr. Evaldo:** Senhores  
327 Secretários, senhores conselheiros e empreendedor e membros dessa sessão. Eu  
328 acho que assiste razão a todos, a secretaria de saúde, o Dr. Alex, a colega que  
329 antecedeu também na manifestação. Então, a preocupação evidentemente ela existe.  
330 Agora, o que nós não podemos esquecer, não é apenas problema de Miritituba e isso  
331 foi bem explicado, é um problema geral da Amazônia, não é nem do Estado do Pará.  
332 Leishmaniose, doença por vetores, eu acho que o empreendimento tem uma  
333 tendência de diminuição disso, porque as obras de estruturas portuárias depois elas  
334 tendem a melhorar o que existe. E agora nós temos que ter em mente que isso aqui é  
335 uma LP, ou seja, nós estamos ainda no primeiro grau do procedimento de

336 licenciamento. Então se durante a instalação, lá pela frente na operação, se vislumbrar  
337 alguma coisa, nós poderíamos colocar como condicionante nas demais fases e não  
338 nessa. Eu acho ainda, como eu posso dizer? Antecipar um problema que nós ainda  
339 não temos nem detectado, está apenas se vislumbrando que pode vir problemas  
340 dessa natureza, mas ainda não está detectado isso, ou pelo menos formalmente  
341 detectado, está tudo aqui como se fosse uma norma programática, poderá haver isso,  
342 deverá haver, deverá haver articulação. Isso exige, normalmente, articulação da  
343 empresa com o poder público. Agora, me chama atenção algumas coisa, por exemplo:  
344 “reforma e dotação de equipamentos da rede física do município.” Como é que a  
345 empresa vai fazer um negócio desses? Eu acho um exagero colocar isso aqui como  
346 exigência. Outra coisa aqui: “promover capacitação dos profissionais da rede de  
347 serviço e das equipes de saúde.” Isso não é obrigação da empresa, porque a empresa  
348 vai capacitar os funcionários públicos? Eu acho que por hora isso aqui deveria não  
349 ficar como condicionante, mas como análise para uma outra fase, se isso é necessário  
350 ou não. Eu acho despiçando na atual fase. É obrigação do Estado, é obrigação do  
351 município, o município recebe verba para isso, é de acordo com a população. Vai  
352 aumentar a população? Vai aumentar a receita do município para a saúde também, vai  
353 aumentar os impostos, vai haver arrecadação para o município. Quem conhece  
354 Miritituba hoje sabe o que é aquilo. São palafitas, são casas velhas na beira do rio.  
355 Isso aqui vai ser um desenvolvimento sem precedentes na história de Miritituba e de  
356 Itaituba. Por mim, pela OAB, eu acho que até poderia tirar isso aqui e deixar para  
357 analisar na fase, na segunda fase do licenciamento, na parte de instalação. **Dr.**  
358 **Colares:** Dr. Evaldo, nós já conversamos previamente com os restantes dos  
359 empreendimentos, os empreendedores do complexo portuário e há uma predisposição  
360 por parte dos empreendedores, tanto que eles organizaram uma associação e nós de  
361 nossa parte do Estado, um conjunto de várias áreas de interesses preventivos, como  
362 segurança pública, inclusive, com relação à saúde, saneamento básico, ordenamento  
363 urbano, porque se quer o plano diretor está apropriado. Só para esclarecer para todos.  
364 Essa associação e de nossa parte do Estado, nós estamos conversando para se  
365 definir um programa regional de mitigação de impactos. Neste programa regional se  
366 vai discutir o que é papel do Estado, e o que é papel dos empreendedores. O papel do  
367 Estado e do Município e vai se dividir essa conta e essa gestão com relação ao  
368 impacto regional desse conjunto de empreendimentos que vão se instalar lá naquela  
369 área. A expectativa é que seja movimentada naquela área dez milhões de  
370 tonelada/ano de soja vindo do Mato Grosso e vai rodar lá em torno de 600<sup>a</sup> 800  
371 carretas/dia. Isso tudo há uma preocupação impactante com relação a estruturação  
372 viária e a estruturação infraestrutural e os impactos sócias decorrentes, que são  
373 naturais, mas há uma disposição por parte do empreendimento. Aquilo que eu falei,  
374 nós não podemos colocar aqui nesse empreendimento todas as responsabilidade, se  
375 a gente sequer definiu um programa, mas a gente está com esse intuito, com esse  
376 planejamento, já tivemos reuniões, inclusive o Amiraldo já participou dessa reunião,  
377 mas todos os outros órgãos de governo. Devemos estar sentando na próxima semana  
378 com a prefeitura e depois com os empreendedores para a gente definir. Os  
379 empreendedores já se dispuseram a pagar o plano diretor, a adequação do plano  
380 diretor em Miritituba. A nossa intenção é propor um plano diretor para a região de  
381 maneira que a gente possa delinear previamente a ação de política pública e  
382 responsabilidade naquilo que couber aos empreendimentos, no sentido de que os  
383 empreendimentos tem essa função de sustentabilidade e sustentabilidade implica em



384 cuidado social. Mas isso a gente vai discutir lá na frente. Eu só quero chamar atenção  
385 e assegurar aos que a TERFRON não vai está fora desse projeto conjunto público-  
386 privado. **Dr. Evaldo:** Secretário, aqui consta: “sugerir as recomendações como forma  
387 de prevenir ou preparar o sistema de saúde.” Eu acho que deveria fazer um adendo  
388 aqui, só jogando isso para a segunda fase, para a fase da LI e não para a fase de LP.  
389 **Dr. Colares:** Ou a participação da empresa nesse programa. **Dr. Moura:** é  
390 exatamente sobre isso que nós estamos fazendo recomendações. É que algumas ou  
391 quase todas parece abundante, mas são recomendações que apenas ratificam os  
392 compromissos assumidos para o futuro pelo empreendedor no seu EIA/RIAM, nos  
393 seus estudos e pelo grupo que vai se formar, está se formando dentro daquela área.  
394 Então essas recomendações funcionam como ajuda à memória. Então eu acho  
395 necessário ter, porque quanto mais a gente repisar nisso: - vamos cumprir os  
396 compromissos, vamos cumprir os compromisso. Isso aí não está servindo como  
397 limitação à permissão da licença prévia e simplesmente recomendando uma ação que  
398 já é compromisso futuro. **Dr. Colares;** Então, nesse sentido tem duas questões que eu  
399 quero abordar aqui, para efeito da gente encaminhar. Um, com relação ao  
400 esclarecimento dado ao Dr. Leal a respeito da ART e o comprometimento da empresa  
401 de resolver a pendência. Esse é um ponto com relação a ART. E o segundo ponto  
402 com relação a inclusão das recomendações especificamente na área de saúde. O Dr.  
403 Leal teria que Recber o esclarecimento da Rio Turia. **Dr. Leal:** Secretário, Presidente,  
404 perdão. Eu ouvir aqui algumas manifestações que obviamente não estão ligadas à  
405 questão da responsabilidade profissional e esse assunto já foi discutido bastante numa  
406 das reuniões passadas aqui, e eu continuo defendendo o cumprimento de leis. Eu não  
407 faço apologia a desobediência civil, se existe uma lei, ela tem que ser cumprida. Se  
408 ela está errada que se faça um trabalho no congresso, que é o caso, que se altere, ou  
409 que se cancele isso. Esse é o primeiro ponto que eu quero deixar muito claro, se é lei,  
410 é cumprimento de lei que eu estou falando. Segundo, é a explicação da Dr. Margarida,  
411 que quem eu tenho um ótimo relacionamento, ela me convence em parte. Ela  
412 apresentou uma relação de autores e esses autores tinham que estar acompanhados  
413 de suas ART's. Esse assunto, eu acredito que não precisava mais ser discutido aqui,  
414 desde que tivéssemos o cuidado de quando avaliarmos as questões, avaliações  
415 jurídica e técnica, essa questão dentro da SEMA fosse esclarecida e a empresa já  
416 cumpriria essa questão antecipadamente, quando chegasse aqui nós não  
417 precisaríamos estar novamente repetindo a discussão. **Dr. Colares:** Leal eu assumo a  
418 responsabilidade aqui, de não trazer para este COEMA nenhum processo que não  
419 tenha o cumprimento prévio da ART, se essa é a questão. **Dr. Leal:** Não, veja bem, eu  
420 gostaria muito de mudar essa denominação, não é questão de ART, é questão de  
421 responsabilidade profissional, é a defesa da sociedade, Presidente. A gente defende a  
422 sociedade através da responsabilidade profissional, por isso que eu fico seguro nisso.  
423 Eu sou um cidadão itaitubense, eu tenho o maior interesse que aquela região  
424 esquecida desse Estado, e que não tem um metro de estrada aberta por esse Estado,  
425 se desenvolva. Eu sou cidadão itaitubense, então é essa questão que estou  
426 levantando, senhor Presidente. Na outra ponta, só para concluir, eu entendo que é  
427 preciso ser cumprido esse item e que a empresa apresente como a Dra. Margarida  
428 colocou aí nas suas palavras, as ART's que são na verdade a responsabilidade  
429 profissional dentro do projeto dentro do projeto. Eu gostara também de abordar que foi  
430 muito discutido aqui, e o senhor sabe que nós estivemos juntos, inclusive, na reunião  
431 lá em Miritituba. A questão de Miritituba, diferentemente de como foi abordada, ela é

432 muito maior do que a forma simplória foi feita aqui. Não vai ser instalada uma única  
433 estação de transbordo, não. O senhor falou em oito, eu acho que vão ser mais, eu vi  
434 pelo menos dez empreendedores lá se habilitando a essa questão. Segundo,  
435 concomitantemente com essa questão do transbordo, nós temos a conclusão da  
436 estrada que o senhor falou ainda agora com muita propriedade, que nós vamos ter na  
437 faixa de 600, com a expectativa de 1000 carretas chegando ali. E terceiro, nós temos  
438 nessa época também a instalação do Complexo Hidrelétrico do Tapajós que também  
439 vai atrair uma movimentação muito grande. O que eu gostaria de deixar e nós já  
440 discutimos isso na SEICOM, que eu discuto a questão de políticas públicas para a  
441 questão mineral, é o que o Estado vai se preparar para não enfrentar o que está  
442 enfrentando em Altamira que é o caos absoluto instalado, que não tem saída. Então  
443 nós temos aí um ano e pouco, dois anos para nos prepararmos para isso, porque  
444 diferentemente do que foi colocado, as instalações desses portos trazem numa ponta  
445 o desenvolvimento, mas trazem na outra consequências desastrosas. E eles têm  
446 culpa? Claro que não tem culpa, mas a consequência é pela instalação do  
447 empreendimento. Então o senhor fez uma colocação que eu concordo plenamente, é  
448 preciso discutir essa questão, é preciso preparar aquela região e capacitar aquele  
449 pessoal que está lá, porque não adianta a TERFRON chegar lá e ela levar o pessoal,  
450 pois não tem gente preparada para atender as necessidades deles. Então aquela  
451 região tem carência, ela não tem nenhum hospital regional, o melhor médico lá ainda  
452 são os aviões quando se tem uma complexidade na saúde, aquela região não tem um  
453 terminal rodoviário, aquela região tem um terminal hidroviário que está caído e está  
454 fechado pela justiça. Logo, é preciso a gente conhecer um pouco mais dessas regiões  
455 do Pará, desse grande Pará, para a gente fazer algumas abordagens. É preciso sim  
456 envolver, o senhor está correto, os empreendedores e eu tenho certeza que eles hoje  
457 não se negam, porque eu tenho conversado com muitos na região sobre essa  
458 questão. Não é para eles tomarem o papel do Estado, mas é que eles têm que dividir  
459 a responsabilidade causada pelos seus empreendimentos. Obrigado. Dr. Colares: Até  
460 porque, por exemplo, segurança, combate a incêndio, tráfego marítimo são garantias  
461 do negócio deles. Só queria objetivar a questão com relação às ART's, pois, a tua  
462 proposição era que a gente aprovasse o projeto somente se elas fossem  
463 apresentadas. Nós tínhamos levantado uma questão aqui e já houve o esclarecimento,  
464 só tem pendência de duas ART's, a empresa se compromete a estabelecer e nos  
465 apresentá-las no prazo aqui determinado, ou seja, que a gente julgue o parecer e a  
466 licença prévia condicionando a apresentação das duas que faltam e aí isso resolve o  
467 problema e por outro lado a SEMA assume o compromisso de não trazer para cá  
468 nenhum processo para análise se não tiver cumprido esse aspecto, isso é um  
469 compromisso da presidência. E se neste caso estiver conduzido, após a palavra que  
470 eu vou dar para a Dra. Graça e para o empreendedor, eu quero colocar em votação o  
471 parecer. Só volto a afirmar com relação a essa preocupação regional que existe um  
472 entendimento do Estado que já foi manifestado em Miritituba, na frente da Prefeitura e  
473 da comunidade local que o Estado tem que levar em conta um plano regional de  
474 mitigação e desenvolvimento que envolve da questão da saúde à segurança pública,  
475 passando por combate a incêndio, passando por projeto de infraestrutura, saneamento  
476 básico e um plano diretor daquele complexo. E vamos tratar isso em um todo, só não  
477 podemos transferir toda essa responsabilidade para um único empreendimento que já  
478 está aqui, e nós não podemos parar esse empreendimento que chegou aqui, como  
479 tem já manifesto aqui, a hidrovia do Brasil que está na SEMA, mas o restante dos

480 outros seis ou sete empreendimentos serão tomados como um conjunto e todos eles,  
481 inclusive a TERFRON, terá responsabilidade definida, para efeito de liberação e de  
482 instalação e operação, o compromisso no programa que ficar estabelecido em público  
483 e privado e que em um cronograma da instalação desse programa, que é a única  
484 maneira que nós temos de conduzir um ajustamento, um preparo de prevenção da  
485 região para os efeitos decorrentes, inclusive os efeitos positivos, e eu quero chamar  
486 atenção aqui, o efeito positivo para a economia local desse empreendimento é  
487 inestimável, mas aí precisamos de um porto público para as cargas e os particulares,  
488 aí precisamos de sinalização de tráfego, aí precisamos de fertilizantes e a TERFRON  
489 pode contribuir lá na frente com a redução de preço, inclusive com os fertilizantes  
490 locais, mas isso a gente vai discutir em um plano maior com a participação da SAGRI,  
491 da SESPA, da Secretaria de Segurança Pública, da Companhia de Portos do Pará, só  
492 para reafirmar novamente. **Dra. Graça Azevedo:** Bom dia a todos, senhor presidente,  
493 senhores e demais empresários e secretários aqui presentes, eu cheguei um pouco  
494 atrasada e não acompanhei desde o início, mas por uma leitura rápida do que foi  
495 esplanado aqui vi que realmente Vossa Excelência tem razão com relação à  
496 preocupação de estabelecer uma política institucional regional para os problemas com  
497 a implantação desses portos, se eu não me engano são dez (10), então Vossa  
498 Excelência tem total razão nessa preocupação que a gente vê pela experiência que  
499 nós temos ao longo dos anos aí, a problemática instalada com relação a esses  
500 grandes empreendimentos, já foi citado aqui Belo Monte e isso aí não há dúvidas e  
501 com relação à saúde existe sim, é necessária uma preocupação com a saúde como  
502 prevenção, não adianta ver os problemas instalados para tomar uma providência, deve  
503 ser a título de prevenção mesmo, o município não pode arcar somente com as  
504 problemáticas que advirão com a implantação desse projeto, nós não podemos aceitar  
505 que esse projetos se instalem aqui na Amazônia, se instalem aqui no Pará e têm um  
506 lucro altíssimo e deixe as mazelas para o Estado, para o município, nós não podemos  
507 aceitar esse tipo de coisa aqui no Estado, nem nos municípios, então por isso nós  
508 temos sim que recomendar e Vossa Excelência está de parabéns por essa  
509 preocupação que é uma preocupação que deveria ser de todos. A empresa traz,  
510 realmente traz desenvolvimento, mas nós temos que ver a que custo esse  
511 desenvolvimento, por isso eu concordo plenamente com V. Exa. **Dr. Colares:** Cleber,  
512 representante da empresa Rio Túrria. **Cleber:** Bom dia a todos. Na verdade eu queria  
513 primeiro me desculpar nos desculpar pela ausência das ART's. Eu concordo  
514 plenamente com o Dr. Leal, eu acho que o exercício e a garantia do exercício  
515 profissional é indispensável, a gente lamenta esse equívoco, mas nós temos certeza  
516 que a Brandt Meio Ambiente, no prazo que for determinado por esse conselho, vai sim  
517 cumprir essa recomendação. Inclusive, a gente promete que em alguns outros  
518 empreendimentos que nós estamos desenvolvendo, isso não mais ocorrerá. Mas eu  
519 queria fazer um depoimento com relação a tudo o que foi discutido aqui que foi muito  
520 importante, foi uma grande aula que nós tivemos. Como um dos cofundadores da  
521 Associação dos Terminais Portuários de Miritituba, nós vamos interagir com o governo  
522 do Estado dentro daquele diapasão, dentro daquela diretriz que foi dita aqui pelo Dr.  
523 Colares. Realmente é uma preocupação que nós temos. O empreendimento da  
524 Estação de Transbordo de Cargas de Miritituba, que ora encontra-se em fase de  
525 licenciamento neste Conselho é uma parte de um conjunto muito grande, eu até diria,  
526 não sei se são oito, não sei se são dez, só sei que será um número muito expressivo,  
527 porque na verdade agora, no momento em que o governo começou a fazer uma parte

528 do seu papel, ou seja, começou a trazer a integração nacional para dentro da  
529 Amazônia, nós vamos, doravante, começar a ligar os enclaves. Porque antes, cada  
530 empreendimento que se estabelecia na Amazônia cuidava do seu próprio nariz, do seu  
531 próprio umbigo, por isso quem vinha tinha que ser grande, e quando é grande tem  
532 grandes impactos e cada um sempre se preocupou em resolver os seus problemas.  
533 Então, hoje, para os senhores terem uma ideia, noventa e cinco por cento da  
534 movimentação de cargas da região norte são de terminais de empreendimentos  
535 privados, ou seja, os grandes grupos cuidavam das suas minas, dos seus transportes  
536 internos, dos seus portos e dos seus meios de exportação. Essas estações de  
537 transbordo de cargas que estão se instalarão em Marabá, não se instalara agora  
538 devido ao problema do deslocamento do pedal do Lourenço, que não é São Lourenço,  
539 por favor, ele não é nenhum santo, então é pedal do Lourenço. Vamos chegar até  
540 Imperatriz pelo Rio Tocantins, vamos chegar até São Luiz do Tapajós e se as eclusas  
541 ocorrerem vamos chegar até Alta Floresta do Mato Grosso pelo Tapajós. Esses  
542 empreendimentos, eles vão sim fazer a ligação entre esses enclaves, existem muitas  
543 empresas. Agora a gente pode dizer que o Brasil está olhando para região norte,  
544 agora vale a pena o Brasil olhar para a região norte, enquanto isso nós sempre fomos  
545 muito esquecidos. Mas eu quero dizer claramente que isso tem sido a tônica das  
546 discussões que nós temos tido com o governo. Muitas vezes é fácil nós dizermos que  
547 encontramos um problema e estamos agora tentando solucionar, a implantação do  
548 polo de Itaituba, de Miritituba é um empreendimento novo, nós não podemos colocar  
549 nas costas das gerações que nós precederam os problemas que poderão advir desse  
550 empreendimento. Então com isso, a gente teve uma prova incontestável, isso é meu  
551 depoimento como empreendedor, já fiz parte do governo, hoje estou na iniciativa  
552 privada, mas a gente tem tido dentro do corpo do governo, em todos os seus setores,  
553 a resposta que a gente tem precisado. Temos discutido, a associação dos terminais de  
554 Miritituba já é com esse intuito, há a diretriz de estabelecer o licenciamento dos  
555 empreendimentos como um todo do distrito industrial, é uma medida cabível, por que  
556 sim, nós temos que ter a nossa parcela de responsabilidade. Nós somos pioneiros,  
557 mas outros empreendimentos virão, só eu estou trabalhando no desenvolvimento de  
558 mais duas estações de transbordo que brevemente devo trazê-las aqui à esse  
559 COEMA, quando vencidas as fases internas da SEMA. Então, a gente sabe sim,  
560 dessa preocupação e a gente entende que somente unindo os esforços do governo e  
561 os esforços do empreendedor é que a gente vai poder trazer uma solução de  
562 desenvolvimento para aquela região, deixando claro uma coisa: Itaituba é um dos  
563 municípios que teve as maiores dificuldades socioeconômicas. Para você ter uma  
564 ideia, no senso de 1990, Itaituba tinha 120 mil habitantes, o último deu 95, então você  
565 tem fluxos migratórios, você tem surtos de desenvolvimento de curta duração. A  
566 estação de transbordo de cargas a gente viu só uma simulação, e a gente vê sempre a  
567 questão dos impactos. Só o combustível que cada um, e não é só mil Secretário,  
568 serão muito mais que mil veículos por dia, porque nós temos o período de safra, não é  
569 uma estação de soja, essa nossa é a do agronegócio. Mais junto com as outras que  
570 virão, uma grande parte do atendimento da zona franca de Manaus será por Miritituba.  
571 Hoje, desses oito, três grandes empreendimentos, empreendedores de Manaus vão se  
572 estabelecer naquela região, porque você tem um ganho muito grande de tempo e de  
573 custo nas trocas entre a Zona Franca de Manaus e o Centro Sul do Brasil. É um  
574 empreendimento muito grande e a gente precisa sim ter essas medidas preventivas de  
575 mitigação. A associação dos terminais está consolidada e nós brevemente vamos dar

576 curso com o Poder Público às formas de nós mitigarmos esses empreendimentos.  
577 Mas só aquela simulação que eu vinha dizendo, só o que vai gerar de tributos, porque  
578 os caminhões vão trazer as cargas do agronegócio do Centro Oeste para Miritituba, só  
579 o pagamento do ICMS de combustível de um dos empreendedores vai gerar cerca de  
580 80 milhões de reais por ano. E esse nosso empreendimento prevê, no começo, um  
581 milhão e oitocentas mil toneladas de grãos e pretende chegar, na sua fase de  
582 maturação, com 3 milhões e meio. Então quando todos esses empreendimentos  
583 tiverem estabelecidos, não só tributos para o Estado, mas quando você imaginar o que  
584 vai dar de aporte para rede hoteleira, você vai da aporte para postos de serviço,  
585 postos de combustível, retificadores de pneus, auto peças, vai ser um grande,  
586 digamos assim, um grande surto de desenvolvimento e eu acho que compete a nós  
587 buscarmos a soluções para essas mazelas. Desculpe se me estendi, mas é porque eu  
588 sou empolgado com as coisas que a gente está vendo que está sendo construído aqui  
589 nesse Estado. Então, quero deixar bem claro essa nossa responsabilidade de que se  
590 alguma coisa acontecer de errado a culpa está pelo menos dessa sociedade como um  
591 todo, que hoje vive esse momento no Estado. **Dr. Colares:** Eu só quero antes de  
592 passar para a votação do parecer, eu quero fazer um esclarecimento e pedir, apelar,  
593 acerca da contribuição de membros deste Conselho. Nós estamos pensando na  
594 SEMA, em termos de refletirmos com relação a esse complexo portuário e aí,  
595 novamente demarco, já está aqui em curso a análise do projeto da Hidrovia do Brasil,  
596 não é isso? A equipe lá atrás está com esse projeto. Então é um projeto que a gente  
597 não pode mais barrar, tá aqui dentro. Mas nós estamos refletindo e eu quero a  
598 contribuição de discutir conosco como conceber o todo. A ideia era em princípio a  
599 gente fazer e propor a associação dos empreendedores um único EIA/RIMA. Para ver  
600 a coisa no seu complexo todo, no seu impacto regional e separar cada um mediante  
601 relatórios ambientais, por exemplo. Porque são empreendimentos de escalas  
602 diferenciadas, mas no todo eles tem um impacto, uma abrangência, numa totalidade.  
603 E a gente está pensando como a gente concebe, inclusive como normativo que a  
604 gente possa aprovar aqui no Conselho, como instrução normativa, uma resolução a  
605 respeito do procedimento a ser dado no todo e em escala menor por cada  
606 empreendimento. Mas é uma questão que lá na frente eu quero abordar aqui, mas nós  
607 estamos aceitando sugestões até mesmo para discutir isso já com uma sugestão da  
608 coisa. Da gente contratar uma consultoria de avaliação ambiental estratégica com  
609 relação e consideração a esse todo? Mas isso é só um esclarecimento que eu queria  
610 dar. **Dra. Eliana Zacca:** Eu queria só fazer um reforço, até para não ficar aqui  
611 parecendo que, ou eu, SAGRI, ou o Alex, SECT, estamos defendendo a omissão do  
612 Estado nesse aspecto da saúde. Longe de nós! Essa questão tem que está presente,  
613 deve ser enfrentada. Apenas quando a gente ler aqui o parecer e quiseram manter  
614 essa dimensão toda. Até porque os aspectos econômicos estão bem rasteiros, com a  
615 dimensão econômica do empreendimento. E como se fala aqui, parece que só a  
616 empresa tem que fazer toda a expansão da rede pública de saúde, promover a  
617 capacitação sozinha, o particular. Então a gente precisa saber o seguinte: o Estado só  
618 pode se desenvolver se houver investimento, o Estado não tem poupança para fazer  
619 investimentos, então para ele ter desenvolvimento ele tem que atrair investimentos. E  
620 hoje a gente joga muito em desvantagem com relação a outros estados, na medida em  
621 que nós não podemos ter incentivos fiscais. O único estado da região que não pode  
622 ter incentivos fiscais com relação aos demais. Nós temos problemas de logística, nós  
623 temos problemas ambientais, nós temos problemas de regulamentação fundiária, nós

624 temos problemas da falta de estado. Então, se a gente não tiver investimentos, a  
625 gente também não vai desenvolver. Agora, esse desenvolvimento realmente tem que  
626 ser planejado. Um empreendimento deste porte tem o potencial de alavancar o  
627 desenvolvimento na área de entorno fantástico. Para isso, ele precisa ser planejado. E  
628 a questão do plano de desenvolvimento regional, isso deve ser feito. E mais uma  
629 coisa: as prefeituras municipais não estão preparadas para arcar com o nível de  
630 desenvolvimento e nem com a arrecadação de recursos que vão ter. Precisava ter  
631 também uma ação do Estado junto as Prefeituras para capacitar e fortalecer essas  
632 estruturas técnicas das prefeituras municipais, para que elas realmente possam  
633 enfrentar o problema. **Dr. Colares:** Eu tenho uma sugestão a dar para a Câmara, se  
634 for pertinente, para a gente garantir esse comprometimento da empresa no todo.  
635 Porque aqui se recomenda complementarmente a questão de saúde e cita lá embaixo,  
636 em seguida nesse parágrafo aqui faz referência a um planejamento conjunto. A minha  
637 sugestão para a câmara é que a gente possa alterar esse parágrafo aqui dizendo o  
638 seguinte: “Por último a CT recomenda que a empresa deva se comprometer também  
639 com o planejamento conjunto do complexo portuário, que será implementado na área  
640 em questão pelos empreendedores e pelo Estado.” Porque aí nós garantiríamos que a  
641 empresa esteja também lá, porque também poderíamos pressupor que a empresa,  
642 aprovado seu projeto, fosse embora, e não é por aí. Então, a gente garantiria aqui  
643 nesta alteração que a empresa deve também se comprometer a participar, deve se  
644 comprometer também com o planejamento conjunto do complexo portuário, que será  
645 implementado na área em questão pelos empreendedores e pelos órgãos públicos  
646 estaduais e municipais. Manteríamos a relação aqui da recomendação de saúde,  
647 porque a recomendação da saúde, me parece aqui é para compor os programas de  
648 condicionantes e garantiríamos aqui a responsabilidade da empresa, o  
649 comprometimento da empresa com o planejamento regional a ser implementado pelo  
650 Estado e pelos empreendedores com relação ao complexo portuário como um todo.  
651 **Dr. Amiraldo:** Eu ia até colocar, aqui no início essas recomendações, que todas elas  
652 sejam desenvolvidas em conjunto: Estado, Município e empresa, para que não fique  
653 parecendo que é só empresa. Bem no início do parágrafo. **Dr. Colares:** Está certo?  
654 Estamos acordado? Então pessoal, eu passo para a votação. **Dr. Moura:** Antes da  
655 votação precisa deliberar qual é o prazo. **Dr. Colares:** Ah, sim. O prazo para o  
656 empreendedor. Condicionar à licença da LI? Fica muito distante pessoal. Trinta dias?  
657 **Dr. Moura:** Se não apresentarem em 30 dias cancela a LP. **Dr. Colares:** Se não  
658 apresentarem em trinta dias cancela a LP. Trinta dias a empresa garante ou não  
659 garante? Tá claro. Garante. **Dra. Margarida (Consultora):** Eu só queria esclarecer se  
660 a ART do Professor Wagner tá aceita como arqueólogo pelo IPHAN. **Dr. Colares:** É  
661 aceita? Tem alguém contra a ART de arqueólogo? **Dra. Margarida:** E seria  
662 apresentada a do Marcos. E ficaria apenas na pendência de uma. **Dr. Leal:** O  
663 profissional que a Dra. Margarida está destacando, ele foi apresentado na relação  
664 como geólogo. **Drª Margarida:** Está geólogo/arqueólogo. **Dr. Leal:** Eu gostaria porque  
665 na minha relação só está como geólogo. **Drª Margarida:** A coordenadora do estudo  
666 me garantiu. **Dr. Leal:** Então foi por isso que se criou essa situação de dúvida. **Dr.**  
667 **Colares:** Então, mas de fato ele é geógrafo e arqueólogo, então confere a informação,  
668 do contrário se ajusta. A função dele no projeto foi de arqueologia. **Drª. Lúcia**  
669 **Porpino:** A planilha que ela apresentou está como geógrafo. **Drª. Margarida:** Mas no  
670 estudo está como arqueólogo. **Dr. Colares:** Então fica ajustado a pendência de um  
671 profissional e a LP será votada, condicionada a apresentação, no prazo de trinta dias,

672 da Anotação de Responsabilidade Técnica, pois realmente está arqueólogo e  
673 geógrafo. **Dr. Moura:** Nós vamos votar um texto que está aqui, mas eu sugiro que a  
674 própria secretaria faça a redação. **Dr. Colares:** De acordo com que foi aprovado aqui,  
675 então fica a secretaria com a responsabilidade de incluir no texto o comprometimento  
676 da empresa com o programa público privado do complexo portuário como um todo,  
677 além das recomendações detalhadas aqui de que um programa saúde seja repartido  
678 com o Estado, Município e Empresa. **Drª. Eliana Zacca:** Sim, mas é um programa de  
679 desenvolvimento regional. **Dr. Colares:** Sim, mas isso vai para um programa regional,  
680 porque também outras empresas vão ter de arcar junto com o estado agora. **Dr.**  
681 **Moura:** Eu gostaria que a palavra voltasse para mim depois da votação. **Dr. Colares:**  
682 Então está em votação a aprovação da Licença Prévia do Empreendimento Rio Túrria  
683 Serviços Logístico Ltda., que é a estação de transbordo de cargas do porto de  
684 Miritituba. Em votação. Alguém ao contrário? Não, então aprovado por unanimidade  
685 sob as condicionantes estabelecidas no parecer técnico. **Dr. Moura:** É só uma  
686 informação, é um pedido, toda vez que a Câmara técnica se reuni, eu como presidente  
687 da Câmara técnica, a primeira pergunta que faço para as equipes da Sema é se está  
688 tudo regular, em respeito ao meu amigo brigão Leal. E pergunto se estava tudo  
689 regular quanto ao CREA, e a resposta que me foi dada antes de nós fazermos esta  
690 análise é que estava, quer dizer, se a Câmara Técnica vai ter que analisar o EIA/RIMA  
691 todo, para verificar se há algumas pendências, a gente pode chegar num ponto  
692 definitivo ou alguma coisa pontual, mas a gente não pode analisar o EIA/RIMA,  
693 principalmente porque nós estamos tratando aqui de impacto ambiental. O COEMA é  
694 meio ambiente, quer dizer a parte legal é fundamental, mas tem que já vir escoimada  
695 de tudo quanto for defeitos e erros. **Dr. Colares:** A SEMA assume essa autocrítica,  
696 essa crítica e eu tenho feito essa autocrítica, agora a doutora Lucia está me falando  
697 aqui que a empresa também tem um prazo, mesmo sobre a Câmara técnica de prestar  
698 essas informações, mas na verdade a empresa também tem que assumir a  
699 responsabilidade, se sabe que isso é de responsabilidade e os ritos e as condições de  
700 licenciamento estão institucionalizados, ninguém pode se negar ou negar que não  
701 sabe que deveria ser apresentado, então também nós assumimos esse compromisso  
702 e a responsabilidade de não levar para Câmara aquilo que não foi checado, inclusive  
703 ART, para não criar mais constrangimentos aqui dentro do COEMA, mas o que se diz  
704 aqui é que muitos desses processos estão muitos antigos, mas de qualquer maneira,  
705 nós temos que ter, se já foi acordado para a gente checar. Bom, algo em 'o que  
706 ocorrer'? Alguém tem mais algum esclarecimento? **Dr. Moura:** Eu quero reiterar a  
707 necessidade de nós partirmos para reformulação do regimento interno do COEMA,  
708 nós precisamos definir isso, há uma Câmara técnica formada que o presidente era o  
709 meu antecessor, o Justiniano, que nunca reuniu e que não foi nem constituída. E eu  
710 gostaria que a gente levasse isso em frente, porque como se encontra, a gente está  
711 trabalhando aqui sem uma meta, nós estamos discutindo aqui aspectos econômicos,  
712 aspectos financeiros, aspectos de saúde, aspectos ambientais, nós estamos  
713 trabalhando em um saco de gatos e existem outros conselhos que estão estudando a  
714 mesma coisa, como, por exemplo, reunião de secretaria em cima de problemas de  
715 constituição dos empresários e tudo isso que o COEMA não tem nem por que  
716 participar e nem por que saber que está sendo feito. O nosso objetivo, a nossa  
717 competência é estudar os aspectos ambientais e ver se nós temos algum problema  
718 em cima disso. **Dr. Leal:** Eu quero em cima das palavras do nosso conselheiro,  
719 primeiro parabenizá-lo pela iniciativa de convocar todos os conselheiros a discutir essa

720 questão, porque com certeza todos vão ter alguma coisa para contribuir e não fica  
721 essa situação de a gente chegar aqui e ter recebido ontem, que foi o meu caso, o  
722 parecer técnico da Câmara, então fica muito difícil de a gente discutir o projeto aqui,  
723 por outro lado presidente, eu queria levantar uma questão que nós até temos  
724 discutido, que eu faço parte daquele GT que tá com a SEICOM, representando a  
725 APIGAM, e a gente tá discutindo essa questão do licenciamento mineral, mas eu estou  
726 vendo que todos os projetos que nos chegam aqui e outros que a gente porventura  
727 tenha conhecimento tem um grande número de condicionantes, muitos! Algumas  
728 condicionantes eu entendo que sejam condicionantes, outras precisariam estar dentro  
729 do projeto e não como condicionantes, tem que fazer parte do projeto para ser  
730 analisado, eu acho que é um outro assunto que a gente precisa discutir, que a gente  
731 tá dando prazos como condicionante quando aquela atividade tinha que ser integrante  
732 do projeto e não condicionada para ser aceita depois etc. Eu acho que isso até  
733 facilitaria a nossa análise. **Dr. Amiraldo:** E só para informar que durante a reunião que  
734 houve na quarta-feira, onde participaram as secretarias, surgiu à ideia de a gente  
735 elaborar termos de referência de cada área, exatamente para que expuséssemos ao  
736 empreendedor e ele pudesse estar cumprindo conforme cada secretaria. Então, nós  
737 da Saúde, por exemplo, elaboraríamos o que é que seria necessário para que ele já  
738 fizesse. **Dr. Colares:** A esse respeito nós temos uma preocupação muito grande,  
739 porque, por exemplo, nós não temos ouvido aqui a Secretaria de Segurança Pública,  
740 pois, depois que nós aprovamos o projeto da Votorantim, em Primavera, o secretário  
741 de segurança pública me ligou desesperado: “Vocês aprovaram e aí? E agora?” E o  
742 problema, claro, vem do Estado, mas o empreendimento que vai atrair milhares de  
743 trabalhadores certamente por um município com uma estrutura desse tamanho, deve  
744 se prever a consequência disso. Isso tem que estar incorporado no projeto, felizmente  
745 a minha prefeita me comunicou que a empresa tinha um acordo delineado com o  
746 Ministério Público de oito milhões de reais, para investimentos sociais no município,  
747 oitros milhões de reais, o que eu chamei atenção dela, uma vez que se ela tivesse me  
748 comunicado isso antes, isso faria parte do processo de licenciamento, porque nós  
749 iríamos condicionar o respeito ao cronograma de execução desse programa social por  
750 licenciamento, porque aí vale a condicionante, pois o Secretário de Segurança Pública  
751 foi para cima de mim, então o problema agora que nós estamos tentando, como não  
752 pode todos os órgãos do governo fazer parte do conselho, nós temos casos como  
753 esse, como um complexo de impacto muito maior de reunir todos os órgãos públicos e  
754 ter uma gestão pública com relação ao empreendimento deste porte e que participe da  
755 secretaria de agricultura à secretaria de saúde em conjunto, não transferir a  
756 responsabilidade da empresa ou daquilo que é da prefeitura. A prefeitura vai dizer,  
757 como disse a prefeita de Primavera, esse dinheiro é dá prefeitura, não do Estado. O  
758 Estado tem que fazer a sua parte, então essa situação a gente tem que conversar,  
759 temos que ter uma ação preventiva com relação a isso, até para dar conta para o  
760 conselho de como anda, por exemplo, a questão de como se vai implantar um porto,  
761 um complexo portuário, se não tem um investimento em comunicação, que não tem  
762 um investimento que combata incêndio, até para a empresa isso é prejudicial, e é isso  
763 que a gente tem que discutir previamente, mas isso faz parte do problema que eu  
764 trouxe para os senhores aqui, e que a gente vai tentar entender, porque a SEMA é que  
765 tem o trunfo na mão nessa história, porque o licenciamento está aqui e só tem uma  
766 maneira da prefeitura conversar com o empresário que é conversar conosco também,  
767 para a gente condicionar, mas nós não queremos ser um entulho, um obstáculo,



768 porque aquilo que o Leal falou também é sério, na hora de passar o empreendimento  
769 a empresa assina qualquer negócio, tudo volta a ser condicionante, porque não  
770 cumpriu isso durante o procedimento de licenciamento. **Patrícia Cabral:** Bom dia, meu  
771 nome é Patrícia Cabral eu sou técnica da SEMA, da GEINFRA, fiz parte da análise do  
772 processo do estudo ambiental e eu queria deixar claro aqui, até como uma forma de  
773 esclarecimento de que nós como equipe técnica, nós analisamos o estudo e  
774 analisamos também toda essa questão documental técnica e verificamos a ausência  
775 da ART, a empresa foi notificada, foi reinterada a notificação da não apresentação da  
776 ART, e ela ficou como pendência para cumprir esse item, a equipe técnica não se  
777 eximiu dessa pendência, eu queria deixar claro isso. E uma outra questão a respeito  
778 disso que o doutor Leal falou é de que nós constatamos que muitas vezes o estudo,  
779 ele não condiz nessa questão de quantidade de condicionante que é inserida na  
780 licença prévia, isso nós chegamos a discutir na equipe técnica e de que nós estamos  
781 já discutindo com a nossa gerência, com a diretoria de que nós elaborássemos  
782 critérios de avaliação inicial, quando o estudo entrar na secretaria, analisa-se se o  
783 estudo está condizente, se atende aos quesitos ambientais mínimos para que a gente  
784 possa saber se aquele estudo vai apresentar debilidade para que a licença prévia não  
785 saia com tantas condicionantes e para que também muitas das vezes a consultoria,  
786 pela falta de informação e pela urgência, muitas vezes até por pressões da urgência  
787 do empreendimento para o Estado e a gente acaba ficando nesse impasse, mas a  
788 intenção é que o estudo chegue na SEMA e a equipe já avalie logo essas pendências,  
789 para que não saia tantas condicionantes na licença prévia. **Dr. Evaldo:** Senhor  
790 secretário, senhores conselheiros, o primeiro ponto é para manifestar que esses  
791 projetos da natureza que foram aprovados hoje, eles me são muito simpáticos e eu  
792 talvez tenha sido o único conselheiro que participei da primeira sessão onde foi  
793 aprovado o terminal de Barcarena, inclusive, foi feito no local e quem dera nós  
794 pudéssemos incrementar esse tipo de transporte. O Transporte fluvial tem uma série  
795 de vantagens em relação a qualquer outro, seja, rodoviário, ferroviário ou aéreo. O  
796 transporte de volume feito pela via fluvial, pela via marítima é a melhor opção do  
797 mundo, não há dúvida quanto a isso. Um país não se desenvolve se ele não tiver bons  
798 portos, isso é uma coisa normal, é uma coisa cediça e alguns outros problemas que  
799 possam surgir com relação à impactação, isso existe em qualquer tipo de projeto, não  
800 existe um projeto que não seja impactante, pelo fato de eu estar vivendo, eu já sou  
801 impactante, se nós estamos respirando já estamos causando impacto. Agora na  
802 análise de projetos dessa natureza tem impacto? Tem, mas o que ele traz de benefício  
803 é muito bom. Eu acho que o benefício do serviço portuário para o Estado do Pará é no  
804 atual momento importantíssimo por quê? Porque o Pará transporta volume, o Pará  
805 transporta minérios, que é o transporte de volume, o Pará tem condições de  
806 transportar pela sua situação geográfica e pela sua situação hidrográfica, ele tem  
807 condição de transportar toda soja e os produtos de origem agrícola do agronegócio da  
808 região norte e centro-oeste do país, canalizando para cá e saindo por aqui, nós  
809 estamos muito mais próximos dos Estados Unidos e da Europa do que Paranaguá, do  
810 que Santos e nós mandamos os produtos para lá para serem exportados, se nós  
811 podemos exportar por aqui, então, por isso que eu vejo com muita simpatia esse  
812 projeto e quem dera não seja oito, não seja dez, não seja vinte, seja cinquenta portos  
813 que se instalem por aí, quanto maior a malha, melhor o Pará vai estar no cenário  
814 mundial e quero deixar aqui também um pedido de que essas análises das Câmaras  
815 Técnicas, os processo que venha ao COEMA, eles nos sejam enviados por meio

816 eletrônico com alguma antecedência, é muito fácil fazer isso, pode ser até uma  
817 exigência feita ao próprio empreendedor, porque na hora a gente não fica garimpando  
818 informação durante a sessão ou então votando sem saber exatamente a extensão do  
819 projeto e gostaria, também, de dar as boas-vindas a Dra. Graça e dizer que estamos  
820 muito felizes com seu retorno aqui, ela é conhecida nossa do Conselho e em nome da  
821 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos também, vez que o Ministério Público é  
822 membro da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, informar que eu já enviei também  
823 setenta e oitenta processos com pareceres da Câmara Técnica e pedir que a  
824 secretaria do COEMA, agende e notifique todos os membros da Câmara Técnica para  
825 aprovação desses pareceres e posterior julgamento. **Dr. Colares:** Eu só quero reiterar  
826 com relação aos benefícios desse empreendimento e chamar atenção muito  
827 importante do custo zero do frete de retorno, isso vai ter um efeito extraordinário, que  
828 as carretas quando voltassem, estariam vazias, gerando um efeito extraordinário para  
829 a economia local no escoamento do produto da região. Estão anotadas as sugestões  
830 dos conselheiros. Eu agradeço aqui a todos, quero mais uma vez agradecer a equipe  
831 técnica da SEMA no esforço concentrado daquele grupo sério da SEMA com relação  
832 ao grupo de técnicos e reiterar e parabenizar e vocês têm todo o apoio do seu  
833 secretário. E dou por encerrada a sessão que aprovou por unanimidade o projeto de  
834 transbordo de produtos de cargas de Miritituba do empreendimento Rio Túria Serviços  
835 Logísticos LTDA. Muito obrigado.